

Boletim

A revista do Sistema

INFORMATIVO



Mala Direta
Postal
9912288584/2011-DR/PR
FAEP
CORREIOS

SISTEMA FAEP



Ano XXVI | nº 1197

22 a 28 de outubro de 2012

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

Enfim, o novo Código Florestal

Uma política para o Trigo

2 Meio Ambiente

O Novo Código

14 Trigo

Segurança Alimentar

18 Opinião

Ivo Arnt

20 Editorial

O Estado de São Paulo

22 Seguro

Modelo Paulista

23 Patente

Royalties da Monsanto

24 Conseqüente**26 Via Rápida**

Cristo Redentor,
Salto Grande,
Porta Aviação, etc.

**28 Cursos**Engenheiro Agrônomo,
Bovinos, Sol Rural, Posse, etc**30 ILPF**

Dia de Campo

31 Cartas

A FAEP e os desafios do Código Florestal

Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP

Foto: Fernando Santos



Ágide Meneguette

Nos últimos anos, nossa Federação se mobilizou na defesa dos produtores em busca de um Código Florestal justo e racional. Foram sucessivos desafios e batalhas acentuados com um decreto presidencial, em 2008, que regulamentava crimes ambientais e colocava na ilegalidade 90% dos produtores rurais do país. Previamos que seriam enfrentados no horizonte sucessivos embates, na medida que o comportamento de ambientalistas radicais se acirrassem.

A FAEP, em 2009, organizou em oito cidades do interior do Estado reuniões com cerca de 25 mil produtores no primeiro grande alerta sobre as mudanças que iriam ocorrer no novo Código Florestal. Desses encontros surgiram propostas encaminhadas ao Congresso Nacional. Era, porém, apenas o início da caminhada.

Depois de acompanhar com nossos técnicos, lideranças e parlamentares a Comissão Especial do Código Florestal presidida pelo deputado Moacir Micheletto e que tinha como relator o deputado Aldo Rabelo, tivemos o grande evento na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. A FAEP e os Sindicatos

organizaram e levaram à capital federal 4.500 produtores que, juntos a outros milhares de todos o país, deram um recado à Nação sobre a importância da agropecuária na economia brasileira e a necessidade de existir, sim, uma nova legislação ambiental, mas adequada e responsável.

No ano passado e neste 2012 centramos nossas atividades junto à Câmara e ao Senado Federal acompanhando a tramitação legislativa do novo Código. Queremos agradecer a mobilização incansável dos nossos Sindicatos e dos produtores rurais, e a compreensão e a consciência da maioria das nossas representações naquelas Casas ao votarem em favor dos interesses do produtor e do nosso Estado.

Paralelamente a essas atividades, fizemos uma série de publicações e documentos emitidos nesse período. E agora a FAEP distribuirá – via Sindicatos Rurais – uma cartilha com os principais artigos do novo Código aos produtores paranaenses. No último dia 18, a presidente Dilma Rousseff mediante decreto presidencial alterou a medida provisória aprovada pelo Congresso Nacional, com nove vetos. O texto aprovado, julgamos, não atende totalmente os interesses da produção,

mas no caso específico do Paraná, onde 92% das propriedades rurais tem até 4 módulos fiscais (72 hectares), os vetos praticamente não as atingem.

O comportamento da presidente ao impor os vetos, porém, feriu pela segunda vez decisões soberanas do Congresso, sem que os dispositivos afetados agredissem a Constituição Federal. Tanto o Senado que representa a vontade dos estados da Federação como a Câmara que interpreta as aspirações do povo, tiveram seus papéis substituídos por meio de decreto, numa decisão pouco democrática.

De qualquer forma, A FAEP orgulha-se de ter participado desse importante momento histórico, representando, o produtor paranaense em todo o longo e difícil processo de negociação no Congresso Nacional, além de ter se empenhado no esclarecimento dos parlamentares, dos formadores de opinião e também da comunidade sobre as implicações econômicas e ambientais do Novo Código. E continuará atenta, com aos desdobramentos e impactos que poderão ocorrer com a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Recuperação Ambiental (PRA).

Foto: Divulgação



“

O texto aprovado, julgamos, não atende totalmente os interesses da produção, mas no caso específico do Paraná, onde 92% das propriedades rurais tem até 4 módulos fiscais (72 hectares), os vetos praticamente não as atingem.

”

Votação do Código no Congresso

As ações da FAEP em defesa do produtor

No parlamento, em mobilizações e publicações a FAEP atuou com intensidade na busca de um Código Florestal coerente

A legislação ambiental ora estabelecida cria um marco legal coerente com as demandas de um país em desenvolvimento e garante aos produtores mais tranquilidade na implementação das suas atividades agrícolas. Afinal, é isto que deseja o produtor rural: trabalhar e produzir dentro da lei.

Essa aprovação tem uma relevância especial para o Paraná, pois embora ocupemos apenas 2,3% do território nacional, somos o primeiro Estado do país em produção agropecuária. Especialmente nos últimos quatro anos, a FAEP trabalhou intensamente para que as propostas dos produtores rurais do Paraná fossem contempladas no novo código. Veja as principais ações realizadas pela FAEP:

2008

Um decreto presidencial que regulamentava crimes ambientais colocou na ilegalidade 90% dos produtores rurais do país. A Comissão Técnica de Meio Ambiente da FAEP se reuniu para discutir estratégias e ações para minimizar os impactos do decreto federal. A Comissão concluiu que não bastava alterar tal decreto, e sim toda legislação ambiental. A partir daí começou a discussão sobre a mudança do Código Florestal que mobilizou as forças representativas da sociedade brasileira envolvidas com o tema.

2009

A primeira grande mobilização organizada pela FAEP aconteceu em 2009, quando o projeto do novo Código Florestal foi colocado em discussão no Congresso Nacional. A FAEP mobilizou 25 mil produtores rurais em grandes reuniões em Maringá, Cascavel, Guarapuava, Irati, Cornélio Procópio, Umuarama, Pato Branco e Castro.

Nesses eventos, a FAEP discutiu com os produtores rurais propostas de mudanças na legislação ambiental, especialmente com relação às Áreas de Preservação Permanente e Reserva

Fotos: Sistema FAEP



Produtores em Maringá



Produtores em Cascavel



Legal, e as encaminhou ao Congresso. Para satisfação da FAEP e de seus representados, as propostas apresentadas foram aceitas e incorporadas ao código. São elas:

- Permitir a continuidade das atividades agropecuárias em áreas de preservação permanente consolidadas, em uso há mais de 10 anos, com a utilização de tecnologias conservacionistas.
- Autorizar a recomposição da Reserva Legal com a utilização parcial de até 50% de espécies arbóreas econômicas consorciadas com espécies nativas.
- Respeitar os produtores que buscam a regularização do passivo ambiental na Reserva Legal e APPs, permitindo a regularização sem punições.
- Permitir a recomposição ou servidão florestal no mesmo bioma.
- Estabelecer no Paraná o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) para nortear as ações ambientais no estado em função da produção agropecuária, industrial e dos centros urbanos.
- Aumentar o prazo previsto para a compensação e averbação da Reserva Legal a partir da vigência da nova lei, levando-se em conta as dificuldades para realizar o georreferenciamento e os trâmites burocráticos.

2010

Durante todo o ano de 2010, a FAEP acompanhou assiduamente no Congresso os trabalhos da Comissão Especial do Código Florestal presidida pelo deputado Moacir Micheletto e que tinha como relator o deputado Aldo Rebelo. Essa Comissão analisou e discutiu os diversos projetos sobre o tema que tramitavam no Congresso e os consolidou em um único documento denominado "Relatório Aldo Rebelo", aprovado na Comissão em 5 de junho de 2010 e encaminhado para a Câmara dos Deputados.

2011

Em março de 2011, a FAEP convocou os líderes sindicais do Estado para uma ação importante. Eles percorreram gabinetes de parlamentares no Congresso Nacional, principalmente da bancada do Paraná, levando explicações sobre a proposta de Aldo Rebelo, e distribuindo as publicações produzidas pela FAEP.

Ainda nesse mês de março, a FAEP organizou um café no Senado, oportunidade em que foi mostrado a mais de 100 parlamentares o cenário de incertezas e de insegurança jurídica dos produtores rurais de todo o país, submetidos à antiga legislação, impossível de ser cumprida. Os assuntos principais foram a urgência de votação da proposta de Aldo Rebelo e o risco de comprometimento da produção paranaense e do Brasil, caso o novo Código Florestal não fosse logo aprovado.



Em julho de 2011, a FAEP mobilizou 4.500 produtores rurais para manifestação na Esplanada dos Ministérios com o objetivo de mostrar aos parlamentares a necessidade da aprovação da nova legislação para o País.

Foto: Sistema FAEP

Ainda nesse ano, a FAEP produziu vários materiais sobre o Código Florestal, encaminhados a senadores, deputados federais e autoridades que, direta ou indiretamente, estavam envolvidas nas discussões sobre o Código. Três publicações se destacaram:

- “O que as ONGs não revelam sobre o Código Florestal” – A publicação mostrou, entre outras informações sobre questões ambientais, que o Brasil é o país que tem a maior cobertura florestal nativa do mundo, ocupando 62% do território. Dado que até então não era divulgado na mídia.
- “Pontos relevantes do Substitutivo do Deputado Aldo Rebelo” – O trabalho destacou os pontos positivos do Relatório Aldo Rebelo e os avanços em comparação com o Código Florestal de 1965.
- “Por que mudar o Código Florestal” – Trabalho feito pela Universidade Federal do Paraná mostrou que 70% da produção agropecuária nacional se concentra nos estados do Sul, Sudeste e Nordeste. Dos 10,4 milhões de habitantes dessas regiões, 1,1 milhão vivem na área rural, 92% desses em pequenas propriedades que seriam beneficiadas com a isenção de recomposição da Reserva Legal.



Manifestação em Brasília

2012

No dia 25 de maio de 2012, foi aprovado pela presidente Dilma o Novo Código Florestal, com 12 vetos e 32 modificações. Nessa mesma data, foi emitida uma Medida Provisória para preencher o vazio deixado com os vetos e modificações. Foi constituída, então, uma nova Comissão Mista para analisar essa Medida Provisória.

A FAEP enviou as seguintes sugestões a essa Comissão Mista, que analisou a MP:

- Várzeas ou áreas úmidas – Que fosse mantido o texto conforme estava no Código aprovado pelo Congresso, ou seja, que não fosse considerada Área de Preservação Permanente a várzea fora dos limites de APP de margens de rio.
- Multas – Que o produtor, ao assinar o Termo de Ajustamento de Conduta, ficasse isento das multas, e que essas multas fossem convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Em 2012, a FAEP participou de várias entrevistas e debates na imprensa sobre o novo código. E foram editados inúmeros boletins sobre o tema e duas publicações especiais:





A FAEP publicará e distribuirá através dos Sindicatos Rurais um documento com o texto e interpretações do decreto da Presidente da República.

Foto: Fernando Santos



Produtores na Assembléia Legislativa do Paraná

a) “Esclareça as maiores dúvidas do Código Florestal” – Coletânea dos principais questionamentos dos produtores rurais, respondidos de acordo com a nova lei.

b) “O mais importante do novo Código Florestal” – Esclarecimentos sobre os principais pontos do novo Código Florestal. Esse fascículo foi distribuído no dia da publicação da Lei 12.651/2012.

18.10.2012

A presidente Dilma Rousseff sancionou o texto aprovado no Congresso Nacional, com nove vetos veja as páginas a seguir.

E o futuro?

Desse rico debate sobre o Código Florestal, participaram diversas forças democráticas representativas da sociedade civil. Ainda que as discussões tenham se prolongado anos, o resultado final contemplou os diferentes interesses da sociedade brasileira de hoje.

A FAEP orgulha-se de ter participado desse importante momento histórico, representando o produtor paranaense em todo o longo e difícil processo de negociação no Congresso Nacional, além de ter se empenhado no esclarecimento dos parlamentares, dos formadores de opinião e também da comunidade sobre as implicações econômicas e ambientais do novo Código.

A FAEP se mantém alerta para reivindicar mudanças na legislação, sempre que estiverem sendo prejudicados os interesses dos produtores rurais paranaenses. E que interesses são esses? Produzir alimentos e riquezas para o País, que é, afinal, o que desejam todos os brasileiros.

O Novo Código Florestal



Desde 2008 a gaúcha de Santa Maria, Carla Beck, formada e mestre em agronomia pela Universidade Federal daquela cidade, compõe o corpo de técnicos do Departamento Técnico-Econômico da FAEP. Como especialista em Meio Ambiente, ela praticamente “casou” com as idas e vindas do texto do Código Floresta, embora sem causar ciúmes no marido César, também agrônomo, e no filho Miguel, 5. Além disso correu o interior do Paraná e orientou os produtores rurais sobre a embaraçada legislação ambiental que agora começou a ser consolidada. Nas próximas páginas Carla faz um raio X do decreto presidencial assinado e publicado no DOU do último dia 18, com os vetos e também as conquistas alcançadas.

A presidente Dilma Rousseff sancionou na quarta-feira a Lei 12.727, originada da Medida Provisória 571/2012, que trata do Código Florestal, com nove vetos ao texto do Congresso. Adicionalmente a presidente assinou o Decreto 7830/2012 que regulamenta o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa da Regularização Ambiental (PRA). Os pontos vetados e não contemplados no decreto poderão ser tratados por meio de outros instrumentos, como atos do Ministério do Meio Ambiente.

Para 92% das propriedades rurais do Paraná – até 4 módulos fiscais, média de 72 hectares – os vetos da presidente da República ao projeto de lei do novo Código Florestal, aprovado pelo Congresso, praticamente não mudam nada.

Esta imensa maioria de propriedades, com utilização já consolidada antes de 22 de julho de 2008, continua sendo beneficiada pelas dimensões de áreas de proteção permanente – matas ciliares, por exemplo – já em vigor, como cinco metros de matas ciliares em áreas com até um módulo fiscal, até 15 para aquelas com até quatro módulos.

Seguem ao lado os principais vetos, considerações sobre o decreto e as conquistas com o novo Código Florestal.

OS VETOS IMPORTANTES

1. ÁREAS DE VÁRZEAS

A presidente vetou o artigo que possibilitava a utilização das várzeas desde que estivessem fora dos limites de proteção de matas ciliares de 30 metros para rios de até 10 metros de largura. Agora todas as várzeas são consideradas APP. Entretanto as várzeas ocupadas anteriores a 22 de julho de 2008 poderão ser consideradas consolidadas desde que não estejam em áreas de risco e sejam observados critérios técnicos de conservação do solo e da água descritos no Programa de Regularização Ambiental (PRA).

2. APP DE ÁREAS CONSOLIDADAS PARA PROPRIEDADES MAIORES QUE 4 MÓDULOS FISCAIS

O Congresso Nacional tinha diminuído para 15 metros a faixa mínima de vegetação exigida ao longo de margens de rios para propriedades com tamanho entre quatro e 15 módulos fiscais. A MP original previa que propriedades com tamanho entre quatro e dez módulos fiscais deveriam recompor a vegetação numa área de 20 metros ao longo de cursos d'água com menos de dez metros de largura. O decreto restabelece os 20 metros.

3. USO DE FRUTÍFERAS EM APP

A presidente vetou o artigo que permitia o uso de frutíferas para recompor as áreas consolidadas em APP. Segundo a presidente, ao autorizar

indiscriminadamente o uso isolado de frutíferas para a recomposição de APPs, independentemente do tamanho da propriedade, o dispositivo compromete a biodiversidade das APPs, reduzindo a capacidade dessas áreas desempenharem suas funções ambientais básicas. Vale lembrar que o novo Código Florestal (Lei 12651 de 25 maio de 2012) prevê a possibilidade do uso de espécies nativas e exóticas, de forma intercalada, para recomposição de APPs em pequenos imóveis rurais.

4. APP DE 5 METROS PARA RIOS MENORES QUE 2 METROS DE LARGURA

O artigo que determinava que rios intermitentes (cujo curso tem água apenas em determinado período do ano) de até dois metros deveriam ter recuperação de cinco metros para qualquer tamanho de propriedade também foi vetado. Passa a valer a “escadinha” com as dimensões de acordo com o tamanho da propriedade.

5. RECOMPOSIÇÃO DE APP E RESERVA LEGAL NO PRA

A presidente também suspendeu o parágrafo sobre a implantação do Programa de Regularização Ambiental (PRA). O veto refere-se à imposição de prazo de 20 dias após a adesão do proprietário rural ao PRA para que ele promova a regularização ambiental. Segundo a justificativa, os prazos deverão ter uma regulamentação específica. A organização e os procedimentos para adesão ao PRA deverão ser objeto de regulamentação específica.

6. GATILHO DE 25%

O gatilho que limitava em 25% de área a ser recomposta para propriedades maiores que quatro módulos fiscais foi vetado. Ficam valendo as dimensões estabelecidas no decreto.

Foto: Antonio Cruz - Agência BR



Veja como ficou a “escadinha”

COMO VAI FUNCIONAR A RECOMPOSIÇÃO PARA ÁREAS CONSOLIDADAS

Tamanho da propriedade	Recomposição das faixas marginais ao longo do curso d'água *	% do imóvel ocupado
0 a 1 módulo	5 metros para qualquer largura de rio	10%
1 a 2 módulos	8 metros para qualquer largura de rio	10%
2 a 4 módulos	15 metros para qualquer largura de rio	20%
4 a 10 módulos	20 metros para rios de até 10 metros de largura	sem limites
+ de 10 módulos	a metade da largura do curso d'água, observado o mínimo de 30 e o máximo de 100 metros	sem limites

*contados da borda da calha do leito regular. A recomposição das faixas marginais de cada lado do rio.

Áreas consolidadas são as Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal, ocupadas antes de 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias, atividades agrossilvipastoris, ecoturismo ou turismo rural. Exemplos: várzeas ocupadas com arroz, encostas ocupadas com café, uvas e aviários, entre outros.

O DECRETO PRESIDENCIAL

O Decreto nº 7830 de 17 de outubro de 2012 dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR e regulamenta o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que será obrigatório para todos os produtores para que eles tenham acesso a benefícios do governo e assinem contratos de financiamento. E estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental - PRA, de que trata a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. O PRA terá de ser assinado por todos os produtores que tenham desmatado áreas sem autorização legal.

1) Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR

O Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, tem os seguintes objetivos:

1. Receber, gerenciar e integrar os dados do CAR de todos os entes federativos.
 2. Cadastrar e controlar as informações dos imóveis rurais, referentes a seu perímetro e localização, aos remanescentes de vegetação nativa, às áreas de interesse social, às áreas de utilidade pública, às Áreas de Preservação Permanente, às Áreas de Uso Restrito, às áreas consolidadas e às Reservas Legais.
 3. Monitorar a manutenção, a recomposição, a regeneração, a compensação e a supressão da vegetação nativa e da cobertura vegetal nas áreas de Preservação Permanente, de Uso Restrito, e de Reserva Legal, no interior dos imóveis rurais.
 4. Promover o planejamento ambiental e econômico do uso do solo e conservação ambiental no território nacional.
 5. Disponibilizar informações de natureza pública sobre a regularização ambiental dos imóveis rurais em território nacional, na Internet.
- O Ministério do Meio Ambiente disponibilizará imagens destinadas ao mapeamento das propriedades e posses rurais para compor a base de dados do sistema de informações geográficas do SICAR, com vistas à implantação do CAR.
- Os Estados que já disponham de sistema para o cadastramento de imóveis rurais deverão integrar sua base de dados ao SICAR.



2) Cadastro Ambiental Rural

O Cadastro Ambiental Rural - CAR deverá contemplar os dados do proprietário, possuidor rural ou responsável direto pelo imóvel rural, a respectiva planta georreferenciada do perímetro do imóvel, das áreas de interesse social e das áreas de utilidade pública, com a informação da localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, das Áreas consolidadas e da localização das Reservas Legais.

A inscrição no CAR é obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, tem natureza declaratória e permanente, e conterá informações sobre o imóvel rural.

As informações são de responsabilidade do declarante que, quando total ou parcialmente falsas, enganosas ou omissas, incorrerá em sanções penais e administrativas.

As informações serão atualizadas periodicamente ou sempre que houver alteração de natureza dominial ou possessória.

A atualização ou alteração dos dados inseridos no CAR só poderão ser efetuadas pelo proprietário ou possuidor rural ou representante legalmente constituído.

O órgão ambiental competente poderá realizar vistorias de campo sempre que julgar necessário para verificação das informações declaradas e acompanhamento dos compromissos assumidos.

Para o registro no CAR dos imóveis rurais da agricultura familiar será observado procedimento simplificado, sendo obrigatória apenas a identificação do proprietário ou possuidor rural, a comprovação da propriedade ou posse e a apresentação de croqui que indique o perímetro do imóvel, as Áreas de Preservação Permanente e os remanescentes que formam a Reserva Legal.

3) Do Programa De Regularização Ambiental – PRA

Serão instituídos, no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal, Programas de Regularização Ambiental - PRAs, que compreenderão o conjunto de ações ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental.

Os instrumentos do Programa de Regularização Ambiental:

- 1) Cadastro Ambiental Rural - CAR.
- 2) Termo de Compromisso.
- 3) Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas.
- 4) Cotas de Reserva Ambiental - CRA.

Os Programas de Regularização Ambiental - PRAs deverão ser implantados no prazo de um ano, contado da data de 25 de maio de 2012, prorrogável por uma única vez, por igual período.

As atividades contidas nos Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas deverão ser concluídas de acordo com o cronograma previsto no Termo de Compromisso:

Área degradada - área que se encontra alterada em função de impacto do homem, sem capacidade de regeneração natural

No período da implantação do PRA em cada estado, após a adesão do interessado ao PRA e enquanto estiver sendo

cumprido o Termo de Compromisso, o proprietário ou possuidor não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal.

A partir da assinatura do Termo de Compromisso e cumpridas as obrigações estabelecidas no PRA ou no termo para a regularização ambiental, serão suspensas as sanções decorrentes das infrações descritas.

Desde que cumpridos os prazos e as condições estabelecidas no Termo de Compromisso, as multas serão consideradas convertidas em serviços de melhoria ou recuperação da qualidade do meio ambiente.

Os PRAs deverão prever as sanções a serem aplicadas pelo não cumprimento dos Termos de Compromisso firmados.

4) Recomposição

Reserva Legal - A recomposição das áreas de reserva legal poderá ser realizada mediante o plantio intercalado de espécies nativas e exóticas, em sistema agroflorestal:

- 1) Plantio de espécies exóticas deverá ser combinado com as espécies nativas de ocorrência regional.
- 2) Área recomposta com espécies exóticas não poderá exceder a 50% da área total a ser recuperada.
- 3) O proprietário ou possuidor de imóvel rural que optar por recompor a reserva legal com utilização do plantio intercalado de espécies exóticas terá direito a sua exploração econômica.

Áreas de Preservação Permanente

Recomposição das Áreas de Preservação Permanente poderá ser feita, isolada ou conjuntamente, pelos seguintes métodos:

- 1) Condução de regeneração natural de espécies nativas.
- 2) Plantio de espécies nativas.
- 3) Plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas.
- 4) Plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, exóticas com nativas de ocorrência regional, em até 50% da área total a ser recomposta, no caso dos imóveis da agricultura familiar.



APP DE BEIRA DE RIO

Para os imóveis rurais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais.

Tamanho da propriedade	Recomposição das faixas marginais de cada lado
0 a 1 módulo	5 metros para qualquer largura de rio
1 a 2 módulos	8 metros para qualquer largura de rio
2 a 4 módulos	15 metros para qualquer largura de rio
4 a 10 módulos	20 metros para rios de até 10 metros de largura
+ de 10 módulos	a metade da largura do curso d'água, observado o mínimo de 30 e o máximo de 100 metros

*contados da borda da calha do leito regular. A recomposição das faixas marginais de cada lado do rio.

NASCENTES E OLHOS D'ÁGUA

Nos casos de áreas rurais consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de nascentes e olhos d'água perenes, será admitida a manutenção de atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição do raio mínimo de 15 metros.

Lagos e lagoas naturais

Para os imóveis rurais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de lagos e lagoas naturais, será admitida a manutenção de atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição de faixa marginal com largura mínima de:

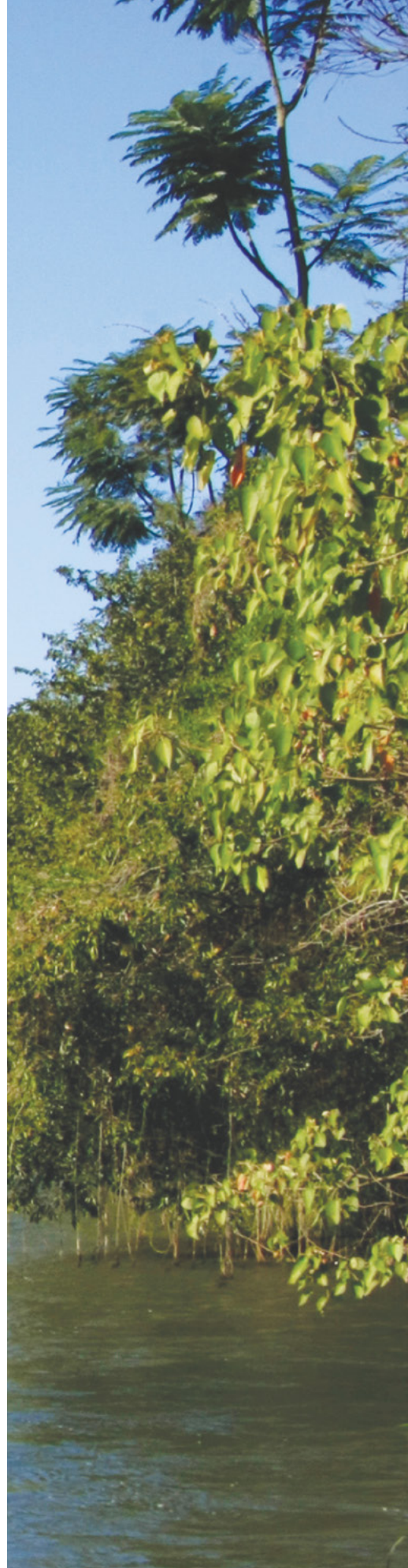
Tamanho da propriedade	Recomposição das faixas marginais de cada lado
0 a 1 módulo	5 metros
1 a 2 módulos	8 metros
2 a 4 módulos	15 metros
4 a 10 módulos	30 metros

Saiba mais sobre o Código Florestal em:
codigoflorestal.sistemafaep.org.br

AS CONQUISTAS

Depois de todas as discussões veja lista das 12 maiores conquistas:

- 1) ÁREAS CONSOLIDADAS:** As atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e turismo rural que já existiam em APPs até 22 de julho de 2008 poderão continuar e serão consideradas áreas consolidadas, desde que não estejam em áreas de risco e sejam observados critérios técnicos de conservação do solo e da água estabelecidos no Programa de Regularização Ambiental – PRA.
- 2) Mesmo as áreas consolidadas** precisarão obedecer às dimensões de recomposição de APP conforme o tamanho da propriedade. Exemplo: para propriedades de até quatro módulos fiscais com largura de rio de até dez metros a recomposição deve variar de cinco metros a no máximo 20 metros.
- 3) O PRA irá solucionar vários passivos ambientais dos produtores rurais e será considerado no acesso aos incentivos econômicos e financeiros dos serviços ambientais.**
- 4) Reserva Legal consolidada para propriedades menores de quatro módulos fiscais:** Imóveis rurais com áreas de até quatro módulos fiscais, que correspondem no Paraná a uma média de 72 hectares, não precisarão recompor as reservas legais. Valerá o percentual de vegetação nativa existente na propriedade até o dia 22 de julho de 2008. Ficando bem claro que não poderá haver nenhum desmatamento dessas áreas.
- 5) Reserva Legal para propriedades maiores que quatro módulos fiscais:** As Áreas de Preservação Permanente poderão ser incluídas no cálculo de 20% da Reserva Legal. Porém, se a soma das áreas de Reserva Legal mais APP for superior a 20%, o produtor não poderá retirar a vegetação excedente.
- 6) A recomposição de Reserva Legal poderá ser feita com a regeneração natural da vegetação, pelo plantio de novas árvores (permitido o uso de até 50% de espécies exóticas) ou pela compensação.**
- 7) O proprietário rural que optar por recompor a Reserva Legal com utilização do plantio intercalado de espécies exóticas terá direito a sua exploração econômica.**
- 8) A recomposição poderá ser feita em até 20 anos, e as espécies exóticas poderão ser exploradas economicamente.**
- 9) A compensação poderá ocorrer fora da propriedade por meio de compra de Cota de Reserva Ambiental (CRA), arrendamento, doação ao poder público de área no interior de unidade de conservação de domínio público pendente de regularização fundiária, ou cadastramento de área equivalente no mesmo bioma.**
- 10) O novo código autoriza o governo federal a instituir um programa de apoio à conservação do meio ambiente; o programa poderá fazer pagamentos em retribuição a serviços ambientais, tais como o sequestro de carbono, a conservação das águas e da biodiversidade, e a manutenção de APPs e Reserva Legal.**
- 11) As multas por infrações ambientais cometidas até 22 de julho de 2008 serão suspensas desde a publicação da lei e enquanto o proprietário que aderiu ao PRA estiver cumprindo o Termo de Compromisso ajustado.**
- 12) Desde que cumpridos os prazos e as condições estabelecidas no Termo de Compromisso, as multas serão consideradas convertidas em serviços de melhoria ou recuperação da qualidade do meio ambiente.**



Trigo: questão de segurança alimentar

FAEP, Ocepar e Seab propõe uma política definitiva ao Mapa

O secretário Norberto Ortigara, da Agricultura e Abastecimento, encaminhou na semana passada (17/10) ao ministro Mendes Ribeiro, do Mapa, um documento formulado por membros da Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, representantes da Ocepar e técnicos das entidades e Seab/PR contendo propostas e ações para uma política do trigo. Nele é ressaltada a necessidade de se estabelecer uma política de comercialização da produção nacional de trigo, “por ser uma questão de garantia de abastecimento, de manutenção da capacidade produtiva dos solos brasileiros e de otimização de recursos e acréscimo de valor por unidade de área cultivada”.

Pela redução da dependência externa, o cultivo do trigo no Brasil tem importância fundamental. Além do seu papel no campo, como opção na rotação de culturas, contribuindo para viabilizar o plantio direto, o aproveitamento racional da estrutura produtiva e aumento de renda por unidade de área, o trigo também é gerador e multiplicador de renda nos demais elos do Complexo Agroindustrial do Trigo, como: a produção de sementes, a indústria de máquinas e insumos, processamento e serviços.

O segmento produtivo vem buscando soluções político-econômicas junto ao governo federal desde a desregulamentação do setor com o intuito de consolidar o cultivo de trigo no Brasil. O apoio governamental, por meio de políticas públicas, tem sido fundamental para ampliar a produção brasileira e reduzir a dependência externa. Considerando os ganhos de eficiência na produção e os padrões de qualidade tecnológica do produto, equivalente

ao padrão do produto importado, obtidos nos últimos anos, ratificando o potencial de substituição de importação, é evidente a necessidade de manter, e até intensificar, ações governamentais que garantam a liquidez com renda ao produtor.

Apenas na safra passada o Paraná reduziu em 29% a área plantada, chegando a 760 mil hectares, a menor dos últimos 30 anos. A redução foi estimulada pela concorrência com a cultura do milho, devido à expectativa de que esta cultura poderia proporcionar uma rentabilidade mais favorável que a do trigo em função dos preços melhores. Assim, essa redução de área, bem como a ocorrida nas três últimas safras, demonstram a insegurança dos produtores paranaenses em continuar o cultivo de trigo, já que na maior parte do tempo a comercialização fica paralisada por falta de compradores nacionais. O desinteresse pelo trigo nacional está cada vez mais evidente, apesar da melhoria constante da qualidade do produto.

O estabelecimento de uma política de comercialização da produção nacional de trigo é uma questão de garantia de abastecimento, de manutenção da capacidade produtiva dos solos brasileiros e de otimização de recursos e acréscimo de valor por unidade de área cultivada. Neste sentido, o setor produtivo, por meio da FAEP, Seab e Ocepar, propôs ações e políticas públicas que suportem e estimulem a produção nacional de trigo.

Proposições

As proposições apresentadas estão agrupadas em grandes temas: (1) Preço mínimo de garantia e instrumentos de comercialização; (2) Qualidade e padrão oficial de classificação do trigo; (3) Salvaguardas a importações de trigo; (4) Vigilância sanitária e meio ambiente; (5) Legislação de cabotagem; (6) Recursos e juros para custeio; (7) Seguro de produção; (8) Tributação do trigo e de derivados; (9) Apoio às atividades de suporte a produção do trigo; e (10) propostas relacionadas às culturas de aveia, cevada, triticale e canola também são encaminhadas nesse documento.

Este conjunto de proposições contempla ações de aporte de recursos financeiros para a garantia de preços mínimos, custeio, seguro de produção agrícola e Proagro, disponibilidade de mecanismos de comercialização, bem como



“

Por ser uma questão de garantia de abastecimento, de manutenção da capacidade produtiva dos solos brasileiros e de otimização de recursos e acréscimo de valor por unidade de área cultivada

”

medidas de alteração de legislação e normatizações, e implantação de estudos específicos.

Os triticultores somente continuarão investindo e mantendo o cultivo nas próximas safras apenas se houver, antes do plantio, a definição da política de comercialização por parte do governo que gere expectativa de liquidez e claro apoio à produção nacional.

PROPOSTAS DO SETOR PRODUTIVO DE POLÍTICA AGRÍCOLA PARA O TRIGO SAFRA 2013

1. Preço Mínimo de Garantia e instrumentos de comercialização

O preço mínimo de garantia do trigo foi elevado em torno de 5% para a safra de 2012, tendo sido fixado em R\$ 501,00/t para o trigo tipo 1 da classe pão. O custo operacional estimado pela Conab em maio de 2012 na região de Londrina – PR foi de R\$ 576,50/t. Para a safra de 2013, se não houver reajuste do preço mínimo a diferença entre o preço de garantia e o custo operacional tende a aumentar, desestimulando a recuperação da área plantada pelos produtores.

Para que o produtor se motive a investir na próxima safra, faz-se necessária a adoção de políticas que viabilizem a sua liquidez, em especial o prêmio de escoamento da produção (PEP) e contrato de opção de venda. Deve-se, ainda, divulgar com antecedência o cronograma da possível realização de PEP.

A política para a triticultura deve também estimular a indústria moageira para que venha adquirir, preferencialmente, o trigo produzido no Brasil, já que a qualidade está equivalente a do produto importado.

- Aumentar o Preço Mínimo de R\$ 501,00/t para R\$ 576,50/t para o trigo tipo 1 da classe pão.
- Disponibilizar recursos para Linha Especial de Crédito (LEC) para o financiamento da comercialização do trigo pelas indústrias.

2 - Salvaguardas necessárias à competitividade da triticultura e indústria nacionais

- As medidas protecionistas adotadas por países integrantes do Mercosul e de fora dele criam situações de desvantagem ao mercado nacional. Podem ser citados exemplos como as práticas de subsídio à produção e à

exportação por parte de países não membros do Mercosul e as medidas de incentivo para a agregação de valor ao grão, via estímulo para a exportação de farinha e pré-misturas pela fixação de tarifa significativamente menor para exportação de derivados de trigo pela Argentina.

- Suspender a autorização automática de importação do trigo em grão, sendo a mesma outorgada com base na comprovação de compra de mesma quantidade de trigo nacional. Por exemplo, permitir a importação de uma tonelada de trigo a cada uma tonelada comprada de trigo nacional.

- Há pouca disponibilidade de navios e uma legislação que não estimula a utilização desse modal.

- A Lei 9.432, de 8 de janeiro de 1997, condiciona o afretamento de embarcação estrangeira em operações de navegação de percurso nacional à autorização do órgão competente em situação de inexistência ou indisponibilidade de embarcação de bandeira brasileira do tipo e porte adequados para o transporte ou apoio pretendido e quando verificado interesse público, devidamente justificado.

- Editar Normativo autorizando, de forma gradual, a utilização de embarcações com bandeira estrangeira para o transporte da produção agrícola nacional e seus derivados ao longo da costa brasileira.

3 - Tributação do Trigo e de Derivados

- A competição tributária existente entre estados brasileiros, no caso ICMS, e distinções de procedimentos com relação a produto importado por alguns estados causam distorções prejudiciais ao setor e dificultam o escoamento do produto das regiões produtoras para as regiões de consumo.

- Iniciativas de contribuição para manutenção da estrutura produtiva de trigo nacional por parte de indústrias que somente adquiram produto de origem nacional devem ser estimuladas com vantagens de desoneração de tributos.

- Desonerar de tributos (PIS e Cofins) a compra de trigo nacional pelas indústrias, na proporção da quantidade adquirida.

4 - Apoio às atividades de suporte à produção do trigo

- Avanços de rendimento e de padrão de qualidade tecnológica na cultura do trigo estão vinculados ao amparo estrutural a segmentos de apoio à produção, como os setores de pesquisa e de produção de sementes.

- Alocar recursos de FEPM aos produtores de sementes de trigo, em montante e época adequados, especialmente para as variedades enquadradas nas Classes Melhorador e Pão, com a finalidade de aumentar a oferta de melhores cultivares aos produtores de trigo. Aumentar também o valor do FEPM para sementes em 100% do seu preço mínimo.





5. Propostas às culturas de aveia, cevada, triticale, centeio e canola/safra 2013

- As culturas de aveia, cevada, triticale e canola de similar importância na preservação da capacidade produtiva e agregação de valor por unidade de área de plantio também devem contar com políticas de apoio para estímulo ao cultivo.
- Reajustar o preço mínimo, visando cobrir os custos de produção e disponibilização de recursos para FEPM em montante suficiente para a estocagem da produção.

VANTAGENS DA PRODUÇÃO NACIONAL E DESAFIOS

- O crescimento populacional e da renda refletirá diretamente em aumento da demanda por derivados de trigo. Assim, é notória a necessidade de empenhar mais esforços para estruturar a produção nacional de trigo e a sua comercialização, evitando possível comprometimento do abastecimento.
- O trigo, além da garantia de segurança alimentar, é a melhor opção para cultivo em larga escala no período de inverno, em sucessão à soja, tornando possível:
 - Diluição dos custos fixos das culturas de verão, pelo aproveitamento racional da estrutura que ficaria ociosa. A redução no custo de produção da soja, quando cultivada após o trigo, é de aproximadamente 15%, o que é importante para a nossa competitividade internacional.
 - Racionalização de uso da estrutura de armazenamento.
 - Viabilização da rotação de culturas, com um manejo mais adequado do solo, reduzindo o risco de erosão e a proliferação de plantas invasoras.
 - Aumento da oferta de empregos em todo o complexo produtivo.
 - Aumento da renda familiar rural, contribuindo para a sua permanência no campo.
 - Melhoria da renda dos estados e municípios, por meio da movimentação da produção, transporte, industrialização e comercialização.
 - Garantia de fornecimento de trigo à indústria, sem dependência de importações.
 - Redução de gastos com a importação e aumento nos investimentos internos.
 - Incentivo da produção nacional contribui positivamente na balança comercial, com a diminuição das importações.

Os principais problemas da triticultura nacional são:

- Elevado custo de produção e a falta de liquidez.
- Alto custo-Brasil (transporte, financeiro e insumos).
- Risco climático com instabilidade das safras afetando o rendimento e/ou a qualidade.
- Deficiência na estrutura de armazenagem e restrições a transporte marítimo (legislação e número de navios para cabotagem).
- Ausência de salvaguardas em relação ao produto importado com distorções por subsídios internacionais, facilidades de importação (crédito, prazo e transporte com desconto).
- Falta de liquidez no mercado físico pelos moinhos dificulta planejamento de vendas. Falta de efetividade dos instrumentos de política agrícola que garantam o preço mínimo.

A questão do Trigo

Ivo Arnt Filho, presidente da Comissão de Cereais da FAEP

Somos temerosos com o futuro de trigo no Brasil, principalmente para a região Sul. Temos fatores negativistas para a cultura que necessita de uma atenção para a reversão.

1 – Política de liquidez para o grão de trigo; não temos sem ser a interferência do governo através do lançamento de instrumentos de apoio a comercialização, como PEP etc...

2 – Concorrência na área cultivada; lembramos que o Paraná, dividido em duas partes, sendo a primeira parte região centro-oeste, norte, noroeste, a concorrência pelo milho safrinha, girassol e canola é muito grande, o produtor só vai plantar trigo nesta região por grande necessidade e por paixão. Caso contrário planta as culturas com risco de geada, mas com liquidez.

A outra região, do centro sul e sudeste, onde se localiza os Campos Gerais, Guarapuava e Palmas, com temperaturas amenas, ideal para trigo. Ocorre concorrência com Aveia Branca, Canola e Cevada, culturas com contratos de intenção de compra e venda, dando liquidez ao produtor, sendo remunerado logo após a colheita, mesmo igualando os custos, sem interferência oscilação do mercado.

Foto: Sistema FAEP



IVO CARLOS ARNT FILHO, produtor rural, cultiva trigo desde 1985, em Tibagi (maior município produtor de trigo do Brasil– segundo o IBGE). É presidente da Comissão de Grãos, Cereais e Oleaginosas da FAEP, representa a CNA na Câmara Setorial das Culturas de Inverno no Mapa.

Na safra 2012, onde ocorreu uma redução drástica de área no Paraná com o cereal, foram os fatores de liquidez e a concorrência com culturas plantadas com pré venda, como a canola e milho

3 – Fator armazenagem e segregação; fundamental para uma boa remuneração no momento da comercialização. A estrutura de armazenagem antiga em determinados armazéns de cooperativas não permite uma adequada segregação. O custo de recepção, comparando-se trigo e milho, é muito mais rentável um armazém receber milho, canola, que trigo. Observando por este prisma, quando uma empresa revenda de insumos e receptora de grãos, ocorre uma vantagem muito grande financeiramente oferecer ao seu parceiro plantar milho ou canola, em detrimento ao trigo, ficando o plantio de trigo como segunda opção.

4 – Inúmeros fatores podem ser relacionados, mas o principal, que não podemos controlar, é o clima, com chuva fortes, granizo e geadas, que põem em risco nossa cultura.

Produtor-Indústria

A grande preocupação demonstrada por parte dos representantes das indústrias, como a Abitrigo, numa maior integração produtor-indústria, esta cada dia mais próxima. Acreditamos que através de encontros com produtores rurais e agrônomos de assistência técnica, não somente com os dirigentes comerciais e corretores, poderemos expor as reais necessidades da produção de grãos com maior valor agregado.

A economia mundial esta em constante mudança, principalmente com a grande oscilação do mercado financeiro, destacando as bolsas e fundos de investimentos. No presente, observamos ganho extraordinário na Bolsa de Chicago, onde o produtor rural recebe uma valorização do seu produto, propiciado pelo ganho de capital dos investidores e não influenciado pela antiga lei da “oferta e demanda”.

O cenário do Trigo no mundo está mudando, observamos nos países do hemisfério norte dois tipos de trigo sendo cultivados. Trigo sem uma qualidade definida para indústria onde se obtém altas produtividades, utilizadas para alimentação animal e produção de bicomustível.

O trigo cultivado para obtenção de farinha industrial, produto de grão duro e de qualidade reológica, com mediana produtividade, logicamente uma maior remuneração ao produtor. Ganho pela qualidade. A existência de dois tipos de trigo, uma prática a ser analisada e introduzida no Brasil, pode ser alternativa para os pequenos produtores receberem uma boa remuneração pelo cereal, assim os armazenadores e cooperativas não se preocupariam na segregação e instabilidade tecnológica de produção por parte de produtores. A produção industrial, direcionada a médios e grandes produtores rurais que adotam práticas ótimas de produção em busca de qualidade, com armazenagem própria, conseguem satisfazer as necessidades do produto final com produto mais homogêneo. Buscando uma regionalização de aptidões de trigos por características reológicas *, de acordo com as condições edafoclimáticas **, agregando com isso valor na cadeia produtiva.



A crise mundial e o agronegócio

O agronegócio assegurará, mais uma vez, o bom desempenho da balança comercial brasileira, mas, como outros setores da economia, já sente os efeitos da crise internacional. Nos nove primeiros meses do ano, as exportações do agronegócio alcançaram US\$ 71,25 bilhões, um valor excepcional se comparado com as exportações totais do País. No período, o setor respondeu por 39,5% de tudo o que o País exportou, o que inclui minérios, matérias-primas em geral, produtos semimanufaturados e manufaturados, além dos seus produtos agrícolas e agroindustriais. Mas esse valor é apenas 0,5% maior do que o registrado nos nove primeiros meses de 2011 e, se o desempenho recente se repetir até dezembro, é possível que o total exportado pelo agronegócio em 2012 seja menor do que o do ano passado.

Como as importações do setor diminuíram 6,2% nos nove primeiros meses do ano na comparação com o mesmo período de 2011, o saldo comercial cresceu 2,0%, tendo passado de US\$ 58,05 bilhões para US\$ 59,22 bilhões, valor mais do que suficiente para compensar com grande folga o déficit comercial registrado pelo setor industrial. Mas, como as exportações, também o saldo comercial do agronegócio tende a diminuir, embora, pelo valor que já atingiu, deva manter-se elevado nos próximos meses.

Em setembro, de acordo com dados divulgados pelo Ministério da Agricultura, as exportações do agronegócio alcançaram US\$ 8,68 bilhões, 7,5% menos do que o valor exportado em setembro de 2011 e 1,5% menor do que as exportações de agosto deste ano. Redução do volume exportado, queda dos preços internacionais ou a combinação desses fatores explica a queda do valor exportado no mês passado.

As exportações do complexo soja (grão, farelo e óleo), principal item da pauta do agronegócio, caíram 30,8% em valor e 39,9% em volume na comparação com setembro de 2011. Um dos poucos setores que apresentaram aumento em relação ao ano passado foi o de carnes (de frango, bovina e de porco), com aumento de 3% em valor.

A conclusão mais preocupante dos dados recentes sobre o comércio exterior do agronegócio é que estão em queda, rápida em alguns casos, as vendas para os principais mercados. Em setembro, as exportações para os dois principais blocos compradores de produtos brasileiros, que respondem atualmente por 55% do total das vendas externas do setor, a Ásia (excluído o Oriente Médio) e a União Europeia, caíram 16,9% e 11,2%, respectivamente.

O ESTADO DE S. PAULO

Foto: Sistema FAEP



Para a China, o maior cliente do agronegócio brasileiro, as exportações em setembro foram 37,7% menores do que as de setembro de 2011. Nos nove primeiros meses do ano, as exportações para a Ásia ainda registram aumento expressivo, de 15,3%. No entanto, se se repetir a drástica redução das exportações para a China observada em setembro, essa variação diminuirá rapidamente, e poderá se tornar negativa.

As exportações para a União Europeia já registram redução de 6,9% no acumulado dos nove primeiros meses do ano e tendem a acentuar a queda, dada a persistência da crise pela qual passa o bloco e que afeta duramente todas as exportações brasileiras. Os resultados das exportações de outros produtos para a União Europeia são piores que os do agronegócio, pois as vendas totais do Brasil para o bloco em crise

diminuíram 8,1%. Nota divulgada no início do mês pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior indica a queda das exportações de minério de ferro, produtos siderúrgicos, ouro em forma semimanufaturada, plásticos, produtos químicos e aparelhos eletrônicos, além de produtos exportados pelo agronegócio, como café, celulose e carnes.

Para o Brasil, este deverá ser o pior ano do comércio com a Europa em uma década. Mesmo assim, o resultado final ainda deverá ser um saldo comercial favorável ao Brasil, mas o superávit poderá ser o menor desde 2002. Através da balança comercial, a crise europeia afeta diretamente toda a economia brasileira, incluindo o agronegócio, que continua sendo o setor mais dinâmico do comércio exterior do País.

Publicado em O Estado de São Paulo – 16.10.2012



Seguro: o modelo paulista de proteção

Governo oferece garantia de preços aos produtores

Enquanto o governo federal patina na liberação de recursos programados para o seguro rural, em São Paulo, o governador Geraldo Alckmin assinou na terça-feira (16) decreto que institui o projeto Financiamento do Custeio Agropecuário Atrelado a Contrato de Opção. A iniciativa oferece aos produtores uma proteção de preços e garante que não haja desequilíbrio entre os custos de produção e os de venda.

Por meio do contrato de opção atrelado a financiamento, feito no Banco do Brasil, os agropecuaristas definem os preços de seus produtos antes que haja a colheita. Se, no momento da venda, o valor definido anteriormente estiver abaixo do mercado, o produtor exerce o contrato de opção e recebe a diferença. Caso o preço esteja acima, nada ocorre, uma vez que ele já foi remunerado a maior.

Para aderir ao contrato de opção o produtor paga metade do prêmio, cujo valor é definido conforme previsão da Bolsa de Valores. A outra metade é proveniente do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap), órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado. O contrato é válido para quatro atividades: milho, soja, café e boi gordo.

“Hoje há dois grandes riscos na atividade agropecuária: intempéries climáticas e preços. Para o primeiro caso, o Estado já oferecia a subvenção ao prêmio do seguro rural desde o ano-agrícola 2003/2004. O ideal é que os dois sejam combinados, para que o produtor tenha uma proteção mais efetiva”, orienta o secretário-executivo do Feap, Fernando Aluizio Penteadó.

Funcionamento

Ele explica que produtores de pequeno, médio e grande portes podem pleitear o contrato de opção, desde que estejam dentro do limite de R\$ 24 mil de subvenção. “Na prática, funciona assim: se você plantar determinado produto em novembro para colher em março, com previsão de preço de R\$ 40 por saca, mas por ocasião da colheita conseguir apenas R\$ 30 cada uma, recebe os R\$ 10 de diferença. Mas se vender a R\$ 50, não exerce a opção porque vendeu melhor do que queria”, explica Penteadó.

O secretário diz que já existe esse mecanismo no mercado, com a diferença que o produtor arca com todo o custo. “Então, passa a ficar mais barato se proteger. O ‘grande’ já tem esse perfil e tem capital para isso, caso queira fazer por conta própria. Mas para o pequeno e o médio produtores fica difícil. A iniciativa, pioneira no País, também contribui para a atualização da gestão da atividade agropecuária, uma vez que muita gente ainda tem receio de aderir. Nossa ideia é inclusive treinar técnicos das casas de agricultura e do Banco do Brasil para orientar os produtores da importância da medida.” Estão destinados, inicialmente, R\$ 6 milhões do Estado para essa finalidade, que será iniciada em novembro.

Foto: Sistema FAEP



A suspensão dos royalties da Monsanto

Liminar suspende no Brasil o pagamento pela soja Roundup Ready

A Monsanto emitiu um comunicado oficial na última semana informando que “suspendeu voluntariamente a cobrança pelo uso da primeira geração da soja RR em todo o país”. A empresa tomou as medidas para cumprir a decisão liminar do Tribunal que determinou a suspensão temporária da cobrança dos royalties sobre a soja Roundup Ready (RR) na semente e na entrega dos grãos no Estado de Mato Grosso, a qual se encontra pendente de recurso. Embora a liminar do TJ-MT se aplique somente ao Estado de Mato Grosso, a Monsanto a estendeu, portanto, aos sojicultores de todo o Brasil, enquanto tenta reverter a decisão judicial.

“Decisões anteriores da Justiça brasileira reconheceram claramente os direitos de propriedade intelectual da Monsanto e permitiram que a empresa cobrasse royalties pelos seus produtos. Esperamos reverter essa liminar nas próximas semanas” disse Todd Rands, diretor jurídico da Monsanto para América Latina. “Enquanto isso, continuaremos cumprindo com a decisão liminar. Reservamos nosso direito de retomar a cobrança dos royalties no caso da liminar ser revertida”, diz o comunicado.

A versão da empresa

E a empresa justifica: “A soja RR da Monsanto é protegida por direitos de propriedade intelectual previstos na legislação brasileira. Tribunais estaduais e federais do Brasil têm sustentado esses direitos. Pela lei brasileira, os direitos de propriedade intelectual da Monsanto sobre a soja Roundup Ready são válidos até 2014. Já os direitos de propriedade intelectual sobre o algodão Bollgard I terminaram em 2011, quando a Monsanto deixou de cobrar pelo uso dessa tecnologia.

A Monsanto, assim como tem declarado os líderes dos



Foto: Divulgação



produtores que moveram a ação, acredita que essas tecnologias trazem grande valor para os agricultores e à economia brasileira. Ambas as partes concordam e reconhecem o valor dos direitos de propriedade intelectual e dos royalties para o estímulo de novos investimentos feitos pela indústria. Embora ambos os lados compartilhem esses interesses comuns, a Monsanto e esses líderes dos produtores têm interpretações diferentes sobre os direitos de propriedade intelectual da empresa sobre a soja Roundup Ready e a tecnologia de algodão Bollgard. Por isso, a Monsanto apresentará, na Justiça, os seus argumentos para a defesa dos seus direitos no julgamento do mérito da ação”.

PRODUTORES DE LEITE PARANAENSES TÊM ACESSO ON-LINE AO RESULTADO DE ANÁLISE DE LEITE

A maioria das amostras do leite paranaense é encaminhada para análise no laboratório da Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa -APCBRH, em Curitiba. Numa atitude pioneira, desde o mês de agosto a APCBRH está divulgando os resultados das análises diretamente aos produtores. Basta o produtor acessar o site da Associação : www.apcbrh.com.br e coloque seu CPF no local solicitado conforme reproduzido abaixo:

CONSULTA AMOSTRAS TANQUE/INDÚSTRIA

CPF/CNPJ

SENHA

entrar

1º acesso sem senha

- Após o primeiro acesso será gerada uma senha para as consultas futuras.

- O produtor tem acesso a uma tabela com os resultados da análise do leite quanto aos teores de gordura, proteína, células somáticas e contagem bacteriana.

- De posse desses dados o produtor pode saber qual o Valor Referência Conseleite para este leite considerando os teores obtidos.

- Basta acessar o Simulador disponibilizado no site da FAEP, www.sistemafaep.org.br/conseleite, colocar seus dados nas células verdes.

- Ao valor referência obtido devem ser acrescentados os ágios negociados com a indústria para volume, fidelidade, etc

CONSELEITE PARANÁ

Home Diretoria Câmara Técnica Estatuto Resoluções Circulares Perguntas e Respostas

Matéria-prima	Agosto 2012 (Valor Final)	Setembro 2012 (Projeção)
Valores de Referência para o CONSELEITE IN62**		
Posto Propriedade	0,6842	0,6952

Valor de referência

Realizado em	Projetado para
Ago / 2012	Set / 2012
0,6842	0,6952

Simulador para o cálculo de Valores de Referência do leite segundo a qualidade

Parâmetro de qualidade	Unidade	Teores do Leite IN62	Teores do Leite Analisado	Ágio / Deságio de qualidade (R\$/litro)
Gordura	%	3,0 %	3,00	
Proteína	%	2,9 %	2,90	
Células Somáticas	mil uc/ml	600	600	
Contagem Bacteriana	mil uc/ml	600	600	

Valor de Referência para o Leite Analisado (R\$ / litro) Realizado em Ago / 2012 Projetoado para Set / 2012

Como Simular: Para fazer a simulação digite os dados nos campos verdes e clique em calcular.

OBSERVAÇÕES

Outros parâmetros são considerados pelo mercado para estabelecer o valor final do leite a ser pago ao produtor, tais como: 1- Volume médio diário entregue pelo produtor; 2- Fidelidade do produtor junto ao laticínio; 3- Distância da propriedade ao laticínio; 4- Qualidade da estrada de acesso à propriedade rural; 5- Temperatura de entrega do leite; 6- Capacidade dos tanques de resfriamento de leite da propriedade; 7- Tipo de ordenha; 8- Adicionais de mercado devido a oferta e procura pelo leite na região. Estes parâmetros não estão contemplados neste simulador de valores de referência do Conseleite.

(*) Na ausência de alguma informação sobre a qualidade do leite será considerado no cálculo de ágio/deságio as características do Leite Conseleite IN62.

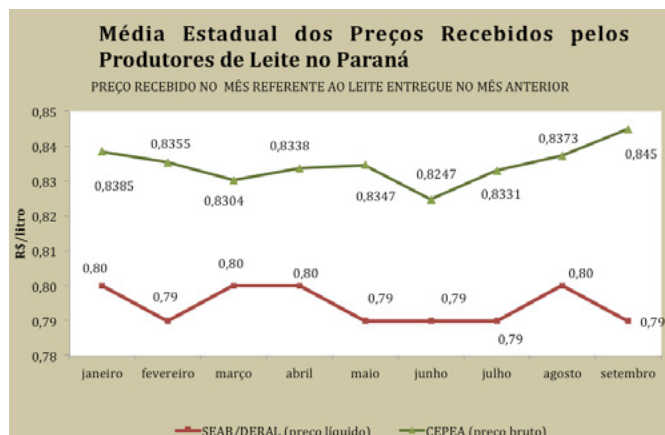
(**) O "Valor de referência CONSELEITE IN62" refere-se a um leite que tem 3% de gordura; 2,9% de proteína; 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml contagem bacteriana.

(***) Recomenda-se que os teores de CCS e CBT para o "leite analisado" correspondam a média geométrica das análises da matéria-prima leite realizadas nos últimos 3 meses.

CONSELHO PARITÁRIO PRODUTORES / INDUSTRIAS DE LEITE DO ESTADO DO PARANÁ - CONSELEITE - PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 10/2012

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 16 de Outubro de 2012 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em Setembro de 2012 e a projeção dos valores de referência para o mês de Outubro de 2012, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes. Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada "Leite CONSELEITE IN62", que se refere ao leite analisado que contém 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA -PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - SETEMBRO/2012

Matéria Prima	Valor projetado em 18 de setembro/2012	Valor Final setembro 2012	Diferença (final-projetado)
Leite CONSELEITE IN62**	0,6952	0,6982	0,0030

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o "Leite CONSELEITE IN62" corresponde ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA -PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - SETEMBRO/2012 E PROJETADOS PARA OUTUBRO/2012

Matéria Prima - Valores finais	Valor final Setembro/2012	Valor projetado outubro /2012	Diferença (projetado-final)
Leite CONSELEITE IN62**	0,6982	0,7142	0,0160

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o "Leite CONSELEITE IN62" correspondem ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de Outubro de 2012 é de R\$ 1,3570/litro. Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.sistemafaep.org.br/conseleite

Curitiba, 16 de outubro de 2012

WILSON THIESEN Presidente

RONEI VOLPI Vice-Presidente



Cristo Redentor

No verão, cerca de vinte raios atingem, por mês, o Cristo Redentor. Na estátua inaugurada em 12 de outubro de 1931, seus olhos não têm íris nem pupila. E o peso do monumento equivale a mais ou menos 16 mil seres humanos no outro prato da balança. Para casar aos seus pés custa R\$ 2.500,00 e a fila tem em média três meses.



O maior porta-aviões

Com 342,3 metros de comprimento, 75,6 metros de largura e 39,9 metros de altura, o USS Enterprise (CVN-65) é o maior porta-aviões do mundo.

Foi o primeiro porta-aviões nuclear a fazer parte da frota da Marinha de Guerra dos Estados Unidos. Sua aposentadoria está prevista para 2014-2015, quando será desmontado e substituído pelo USS Gerald R. Ford (CVN-78), em construção. Entrou em atividade em 25 de Novembro de 1961, pesa 89,6 mil toneladas, mede 335,64 (56,55 km/h) e tem 5.839 tripulantes (algo como a população de Tapira, interior do Paraná).

Sabiá, o símbolo

Assim como a bandeira, o hino, o brasão e armas e o selo, o sabiá-laranjeira é considerado um dos símbolos nacionais e deve ser comemorado no dia 5 de outubro – o “Dia da Ave”. O decreto nesse sentido foi assinado em 2002 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.



Cultura Inútil

- São necessários 21 dias para um pintinho sair de seu ovo.
- O isqueiro foi inventado antes do fósforo.
- Tal como as impressões digitais, a superfície da língua é diferente de pessoa para pessoa .
- 23% das avarias em máquinas de xerox, são causadas por pessoas que se sentam no aparelho para xerocarem o traseiro .
- Um estudo, que abrangeu cerca 200 mil avestruzes durante mais de 80 anos, não registrou um único caso em que um deles fosse visto enfiando a cabeça na areia.

Prato russo

O strogonov é originário o século XVI, da Rússia, onde os soldados, no século XVI, levavam sua ração de carne, cortada em nacos, em grandes barris, debaixo de uma mistura de sal grosso e aguardente para preservar. Coube a um cozinheiro do czar Pedro, o Grande, que era protegido do general Strogonov, melhorar e refinar a mistura. Com a Revolução de 1917 e a emigração dos russos, a receita chegou à França, onde foi refinada, chegando a receita atual.





Grande salto

O Salto Angel é a mais alta cachoeira do mundo, com 979 metros de altura e um enorme salto direto de 807 metros. Está localizada no Parque Nacional de Canaima, na Venezuela. Antes da queda principal, a maior do mundo sem interrupção, a cachoeira tem cascatas inclinadas, seguidas de uma queda menor de 30 metros. Só então a água despenda 807 metros. A área é conhecida como Auyan-Tepui (Montanha do Diabo).



Invenção do mouse

O mouse de computador foi criado por Douglas Engelbart, em 1968, resultado de um projeto que durou cinco anos. Engelbart, nascido em 30 de janeiro de 1925, no Oregon, EUA, trabalhou no Instituto de Pesquisa de Stanford, onde desenvolveu o “ratinho de mesa”. Sua primeira versão era feita de madeira, movia-se sobre pequenas rodas e tinha apenas um botão. A popularização do equipamento, tão indispensável hoje, começou bastante tarde, quando em 1982 a Appel lançou o sistema de “apontar e clicar”, mesmo ano em que ganhou mais uma tecla.



Os oceanos

São cinco os oceanos que cobrem 71% da superfície do nosso planeta. Veja suas dimensões:

Oceano	Tamanho (km ²)
Pacífico	155,557,000
Atlântico	76,762,000
Índico	68,556,000
Glaciar Ártico	20,327,000
Glaciar Antártico	14,056,000



Peso do bebê

A loira entra na farmácia com um bebê no colo e pergunta para o farmacêutico:
— Moço, eu posso usar a sua balança de bebê?
— Infelizmente a nossa balança para pesar bebês está quebrada — responde ele.
— Mas nós podemos calcular o peso do bebê se pesarmos a mamãe e o bebê juntos na balança de adultos e, em seguida, pesarmos a mamãe sozinha. Depois é só subtrairmos o segundo valor do primeiro!
— Que interessante! — exclama a loira, abismada — Pena que não vai dar certo...
— Por quê? Algum problema?
— É que eu não sou a mãe do bebê! Sou a tia!



Tenente recém-formado

Um jovem e recém-formado tenente do exército estava sendo preparado para ser enviado a Bósnia numa missão de paz da ONU. Depois de uma palestra sobre minas, o capitão pergunta se há alguma dúvida. O intrépido tenente levanta a mão e pergunta:

- Se eu pisar numa mina, o que devo fazer, capitão?

O capitão diz:

- Procedimento normal, tenente. Salte para o alto 50 metros e espalhe-se em todas as direções.



CURSOS

Guarapuava



Dia do Engenheiro Agrônomo

O Sindicato Rural de Guarapuava e a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Guarapuava (AEAGRO) promoveram no dia 11 de outubro um café da manhã alusivo ao Dia do Agrônomo (12 de outubro). Segundo o presidente da entidade, Rodolpho Luiz Werneck Botelho, esse encontro faz parte do calendário de eventos da entidade e tem o objetivo de valorizar o profissional engenheiro-agrônomo. “Eles são agentes importantes na transmissão de conhecimento e tecnologia para o produtor rural”, observa. Essa foi a quarta edição do evento.

Apucarana



Sol Rural

O Sindicato Rural de Apucarana ofereceu o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – Sol Rural na sua extensão de base em Rio Bom, no período de 21 de agosto e 1º de outubro. O curso foi realizado em parceria entre o sindicato rural, a Prefeitura de Rio Bom e a Souza Cruz. O grupo com 16 participantes teve como instrutor Alex Fernandes de Almeida. As aulas aconteceram no Centro comunitário do município.

Tibagi



Bovinos de corte

O Sindicato Rural de Tibagi realizou o curso de Trabalhador na Bovinocultura de Corte - manejo de bovinos de corte. Um dos objetivos é difundir as técnicas corretas, implantar o manejo adequado de bovinos de corte tornando a atividade sustentável. O curso, com carga horária de 24 horas, foi ministrado pela instrutora Marcela Ailton para um grupo de 10 produtores e trabalhadores rurais. As aulas aconteceram na localidade de Capivari do Meio, Distrito de Tibagi.

São João do Triunfo



Posse

No dia 2 de outubro tomou posse a nova diretoria do Sindicato Rural de São João do Triunfo. Foram eleitos: presidente José Francisco Distefano Neves, vice-presidente Gabriel Neuman Paula, secretário Alisson Crisitano Becher Ribas e tesoureiro João Alberto Perrelli. Vários produtores prestigiaram a cerimônia de posse entre eles o supervisor regional do SENAR-PR de Irati, Eduardo F. Mercado.foi Alex Fernandes de Almeida.

Realeza



DC

Encerrou no dia 6 de setembro o curso Gestão de Pessoas - Desenvolvimento Comportamental, no Sindicato Rural de Realeza. O curso foi realizado em parceria com a Pastoral da Criança e o Grupo Atitude. O objetivo do curso é potencializar a gestão das competências individuais e institucionais dos participantes, integrando e implementando o envolvimento em ações que permitam à auto realização e a excelência no cumprimento da missão institucional. O grupo de 14 produtores e trabalhadores rurais teve como instrutora Mari Lenoch.

Toledo



Posse

O Sindicato Rural de Toledo concluiu mais uma turma do programa Mulher Atual. O presidente do sindicato rural, Nelson Natalino Paludo, participou da reunião de encerramento. O curso foi oferecido às produtoras e trabalhadoras rurais na comunidade Linha São Paulo, em Toledo. O curso foi ministrado pela instrutora Roberta Ronsani.

Palotina



Empreendedor Rural

Foi iniciado em 15 de outubro, o Curso Empreendedor Rural à Distância - Planejamento Estratégico realizado pelo SENAR-PR, através do Sindicato Rural de Palotina. Os participantes são os empreendedores rurais que concluíram o Curso em anos anteriores. O acesso ao curso será pela Internet em um Ambiente de Aprendizagem chamado EUREKA. De fácil navegação, comunicação e interação entre todos os participantes do curso. A duração do curso é de 9 semanas. Na abertura do curso estiveram presentes Michele Carla Roco Piffer, tutora, Cristina Maria Arruda Scheff, pedagoga do SENAR-PR e Luiz Angelo Fillus, Supervisor Regional.

Paranavaí



Panificação

O Sindicato Rural de Paranavaí realizou nos dias 1 e 2 de outubro o curso de Produção Artesanal de Alimentos Panificação, com uma grande participação das produtoras e trabalhadoras rurais. A instrutora do curso foi Celeste de Oliveira Melo. As 13 participantes aprenderam a desenvolver produtos panificáveis aplicando técnicas de produção e boas práticas de higiene.

Dia de Campo

Em Palmeira os benefícios da integração Lavoura-Pecuária-Floresta

Líderes sindicais, produtores rurais e técnicos participaram nos dias 17 e 18 de outubro do “Dia de Campo” sobre a Integração Lavoura-Pecuária e Floresta (ILPF) nos municípios de Palmeira e Santo Antônio da Platina, promovido pelo Sistema FAEP. Nos 350 hectares na propriedade de Rogério Nogaroli, a cinco quilômetros de Palmeira, os participantes conferiram de perto e tiveram uma verdadeira aula sobre os benefícios no ILPF nas duas estações. Através de painéis teóricos, o professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Aníbal de Moraes, e o professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Sebastião Brasil Couto Machado, deram o be a bá de das vantagens do sistema integrado.

“O dia de campo é uma inovação, mostra as novas tecnologias e a melhor maneira para aproveitarmos a nossa tecnologia”, avaliou o presidente do Sindicato Rural de Palmeira, Vagner Augusto Barausse. Há três anos ele trabalha com a integração lavoura e pecuária em 21,6 hectares, a 40 quilômetros de Palmeira, e espera aumentar a produtividade na sua propriedade. “Esse é o pontapé inicial para mudarmos a pecuária de corte no Estado. Tenho certeza que os produtores que investiram nesse mix (ILPF) vão colher bons resultados e terão uma situação financeira mais confortável”, disse o produtor Lício Isfer, de Palmeira.

Segundo o superintendente do SENAR-PR, Ronei Volpi, o objetivo do encontro, que será realizado em 11 municípios do Paraná, é transformar os participantes em multiplicadores, que levarão aos produtores de todo o Estado do programa ILPF. “Lançamos a primeira semente para darmos um salto em 2013 - o ano da integração”, concluiu.



Produtores e o professor Aníbal de Moraes



O cenário do Dia de Campo

Empreendedor

Com foco nesse novo perfil do produtor e para mudar a cara da pecuária no Estado, o SENAR-PR montou um novo curso para as cadeias produtivas bovino de corte, leite, ovino e caprino. O novo Programa Empreendedor Rural tem carga horária de 286 horas, sendo que o produtor deve dedicar 26 horas por mês divididas em dias alternados.

Confira a programação do Dia de Campo

24/10 Guarapuava

25/10 Pato Branco

26/10 F. Beltrão

24/10 Paranavaí

25/10 Umuarama

Para se inscrever procure
o sindicato rural do seu
município.



Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
 CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
 Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
 www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso

Diretores Secretários

Livaldo Germin e Lisiane Rocha Czech

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santaroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

**SENAR - Administração Regional do Estado do PR**

Av. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar
 CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
 Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
 www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo**Presidente:** Ágide Meneguette - FAEP**Membros Efetivos:**

Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal:

Sebastião Olímpio Santaroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida

Superintendência:

Ronei Volpi

**Coordenação de Comunicação Social:**

Cynthia Calderon

Editor:

Hélio Teixeira

Redação:

Hemely Cardoso, Katia Santos

Diagramação:

Diogo Figueira

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

“Manobra” em Frigorífico

Li a entrevista do Sr. Narciso Pissinati, Presidente do Sindicato Rural de Londrina, no BI 1195. Um detalhe muito bem lembrado pelo Sr. Narciso é a diferença de peso das aves quando saem da propriedade e de quando são abatidas no frigorífico. Acredito que isto não seja uma novidade para a Comissão de Avicultura. Mas, vou dar meu relato pessoal sobre isso. Embora a empresa em que meus pais são integrados forneça aos seus avicultores a fórmula que gera o valor a ser destinado a estes como pagamento, a empresa não passa o peso das aves assim que estas chegam ao frigorífico e passam pela balança. Se passassem esta informação, poderíamos imediatamente fazer o cálculo de quanto seria nosso pagamento, uma vez que as demais informações usadas no cálculo (mortalidade, o consumo de ração, idade das aves, número de aves alojadas, etc.) estão disponíveis a nós. O peso médio das aves é informado em conjunto com o valor do pagamento dias depois, quando nada mais pode ser feito. Por que a integradora não passa esta informação? Será que seria para ter uma oportunidade de “manobra”? Bem, eu imagino qual é a finalidade deste procedimento. Ainda mais em um momento de crise como este. Quem não deve, não teme. Atenciosamente,

Maigel Dreyer

Toledo - PR

Proagro/BB

Prezado presidente Ágide.

Informo que encaminhei ao presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine, solicitação no sentido de agilizar o pagamento aos beneficiários do programa Proagro, conforme ofício anexo nº 0870/12 - GP, desta conceituada Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Osmar Serraglio

Deputado Federal - PMDB/PR

Coordenador da Bancada do Estado do Paraná

A Ponte da Amizade

Em 29 de maio o próximo ano, a Ponte da Amizade sobre o rio Paraná – o Paranazão, entre Foz do Iguaçu e Cidade do Leste (Paraguai) completará 57 anos. Sempre repleta de “turistas” e congestionada pelo trânsito infernal, ela permite o comércio Brasil e Paraguai em duas frentes: o legal e o contrabando/tráfico. A soja paraguaia, por exemplo, toma o rumo do porto de Paranaguá através da ponte. Os “mercados do Paraguai” que invadiram várias cidades brasileiras tem seus estoques regulados pelo contrabando formiga dos sacoleiros.

De qualquer forma, sua construção nasceu num acordo assinado pelo governo brasileiro e paraguaio, em 1956, e em novembro daquele ano foi criada uma Comissão Especial encarregada da execução da obra, sob a chefia do engenheiro Almyr França.

Informações colhidas em registros históricos e testemunhos vivos chegaram à notícia de que a maior cheia havia acontecido em 1905, quando as águas subiram 30 metros acima do nível normal.

Disso resultou que a ponte devia ter 77 metros de altura a partir do fundo do rio e 32 metros acima do nível de água quando das maiores cheias. Para isso, foi projetada uma ponte com 553 metros de comprimento, sustentada sobre arco com vão livre de 290 metros.

Foto: Sistema FAEP



Início da construção da ponte

No pico das obras, a construção empregou 1.000 homens, em sua maioria instalados em casas especialmente construídas no local. A obra consumiu 43 mil m³ de concreto, 14 mil toneladas de cimento, 2.900 toneladas de aço, madeira para 120 mil m² de formas, escoras e andaimes, num total de 6.000 m³, 50 toneladas de pregos, 12 mil toneladas de parafusos, 33 toneladas de arame e 1.300 toneladas de aço em laminados, cabos, rebites e parafusos de alta tensão. Para a peça metálica do cembre (aque serve de molde e suporte a arcos e abóbadas durante sua construção, e que após é retirada) de 157,3 metros de comprimento com 1.200 toneladas de aço feita na Cia. Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ)

Inaugurada em 27 de março de 1965 pelos presidentes Castelo Branco, do Brasil e Alfredo Stroessner, do Paraguai, a ponte significou o nascimento da cidade de Puerto Stroessner, hoje Ciudad del Este, o segundo maior centro urbano daquele país.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável _____